

Pedagogias Feministas:

entre experiências e reflexões de amparo político frente ao avanço dos conservadorismos

Isadora de Freitas Oliveira¹
Jesica Baez²

Resumo: Vivemos tempos difíceis onde direitos básicos há muito conquistados estão sendo questionados, muitas vezes com aval do próprio Estado. O avanço dos conservadorismos traz sérios riscos a manutenção desses direitos, especialmente para populações historicamente oprimidas como as mulheres, negros, indígenas e dissidentes sexuais. As pedagogias feministas e as práticas de *afiddamento* se apresentam como alternativas de resistência no campo educacional. Utilizando esses aportes, o presente trabalho tem como objetivo discutir estes avanços no tocante à Educação Sexual Integral, tendo o projeto Entre Elas como estudo de caso. Por meio de encontros extracurriculares, o Projeto oportuniza o debate sobre as relações sociais, em especial, as questões de gênero e as violências. Exemplo de pedagogia feminista, essas práticas funcionam como um andaime para a construção de um futuro sexuado mais justo. Esquivando-se de receitas ou respostas lineares, propõe-se a construção de uma genealogia de experiências derivadas de imaginações por produzir.

Palavras-chave: Educação Sexual Integral. Pedagogias Feministas. Violências de gênero. Adolescentes mulheres.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação. Universidade de Buenos Aires. isafreitas@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Educação. Universidade de Buenos Aires. baez.jesica@gmail.com

Vivemos tempos difíceis onde direitos básicos há muito conquistados estão sendo questionados, muitas vezes com aval do próprio Estado. Nos últimos anos constatamos o avanço da extrema direita em diversos países, trazendo sérias implicações ao campo dos direitos humanos e de gênero e sexualidades. Estados nacionais, organizações internacionais, movimentos feministas e grupos antidireitos têm impulsionado transformações sociais e políticas motoras onde se observam guinadas significativas de expansão da justiça de gênero, assim como retrocessos que evidenciam as fragilidades e instabilidades pelas quais passa a região.

Nos interessa pensar em especial o campo educacional, onde perdura um debate em torno a políticas educativas que promovem a igualdade de gênero. Um exemplo concreto da discussão é o caso da Educação Sexual Integral (ESI)³. Por um lado, temos grupos favoráveis à abordagem dessas questões, defendendo a importância da ESI - grupo no qual estamos enquanto praticantes das pedagogias feministas e emancipatórias. Do outro estão as posturas cada vez mais conservadoras, que buscam restringir discussões da área no espaço escolar, lideradas principalmente por grupos extremistas religiosos.

"Não mexa com meus filhos", "Vocês estão incentivando os pequenos", "ESI como corrupção das crianças", "Não à ideologia de gênero nos currículos". Essas e outras expressões⁴ passaram a fazer parte das lutas de sentido em torno da agenda de implementação de políticas públicas educacionais que promovam a abordagem de gênero na América Latina. A atual conjuntura nos mostra um mapa complexo e paradoxal: a reconfiguração neoliberal-neoconservadora-neofascista que vive parte da região ameaça e põe em risco uma trama normativa e tematizadora da educação sexual, das violências

³ Na Argentina a Lei 26.150 de 2006 institui a Educação Sexual Integral como obrigatória ao sistema educativo desde o nível inicial até a formação de professoras/es. Apesar de sua progressiva implementação a nível federal, são observadas desigualdades, obstáculos e preocupações em relação às formas que a política se concretiza. Para saber mais sobre, consultar Baez, J. Disputas Discursivas em Torno a la Implementación de la Educación Sexual Integral: un recorrido reciente en Argentina. *Communitas*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 156-165, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4763>. Acesso em: 30 jul. 2023.

⁴ Em diversos países da América Latina, estas expressões simbolizam movimentos políticos organizados como no Peru, Argentina, Colômbia, entre outros. Em espanhol: "Con mis hijos no te metas", "No a la gayzación de las crianzas", "La ESI como corrupción de los niños", "No a la ideología de género en los currículos". Ver também Baez (2019) e Baez (2021).

de gênero, do sexismo no currículo, entre outros. Nesse mapa, participam visões orientadas à ampliação de direitos e autonomia; e setores que propõem a imposição de visões morais particulares como éticas universais, restringem a capacidade de decisão das mulheres e avançam na eliminação de toda expressão da vida por fora do “normal”.

No Brasil essas disputas foram responsáveis por um verdadeiro desmonte de políticas públicas atuantes em prol da justiça social. Apesar da não reeleição do máximo expoente do facismo que tivemos em nossa história, ainda não estamos fora de perigo. O panorama traz graves influências para o campo educacional. Leis, normas, instituições e também outras organizações como a própria família, podem constituir aparatos ideológicos que (re)produzem hegemonia. As escolas, enquanto reflexo da nossa sociedade, podem refletir o conservadorismo, a repressão e a normalização dos corpos, mas também são enormes quanto ao seu potencial de resistência e construção de novos cenários mais humanos e igualitários, sendo essenciais para as mudanças de paradigmas.

Nesse contexto, o principal objetivo deste trabalho é discutir os avanços do conservadorismo no tocante à ESI, utilizando os aportes das pedagogias feministas para refletir sobre práticas políticas de resistência, tendo como estudo de caso o projeto Entre Elas. Por meio de encontros extra-classe o Projeto vem proporcionando desde 2017 um espaço seguro e acolhedor para o debate sobre as relações sociais, em especial as de gênero, habilitando a palavra e fomentando a escuta ativa, visando o enfrentamento às violências e o fortalecimento da autoestima e da sororidade. As ações permitem refletir sobre estratégias educacionais para a consolidação da rede de proteção e o combate aos discursos de viés conservadores e reacionários que cerceiam liberdades e se dedicam a aniquilar diversas existências.

Educação Sexual Integral como ferramenta política na luta contra os avanços dos conservadorismos

A partir da segunda metade do século XX, com a intensificação dos movimentos sócio-sexuais, diversos grupos, há muito marginalizados, passaram a reivindicar o direito ao respeito quanto às suas construções identitárias. No Brasil, a década de 1990 foi

marcada pelas demandas de diversos movimentos sociais exigindo mudanças na educação e em práticas discriminatórias. As questões de gênero e sexualidade ganharam destaque em vários espaços. Porém, no campo educacional ainda presenciamos uma disputa entre grupos favoráveis à abordagem dessas questões e posturas cada vez mais conservadoras, que buscam restringir discussões desta temática no espaço escolar.

Seffner e Picchetti (2016) denunciam como essas disputas se prolongam desde a década de 90, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, chamando a atenção para o quão perigoso pode ser esse embate, especialmente no tocante à prevenção das violências. Partindo de etnografias escolares, os autores defendem como esses temas são necessários para a aprendizagem das novas gerações, uma vez que a sala de aula é um ambiente generificado e sexualizado, onde esses marcadores estão presentes e operam o tempo todo.

É importante frisar que a abordagem da temática ultrapassa o estudo biológico de estruturas reprodutivas. Diz respeito à identidade, representatividade, relações de poder. Diversas questões enfrentadas no espaço educacional podem ser consideradas pertencentes às pautas de gênero e sexualidade, sejam questões entre estudantes, professores, corpo diretivo, ou com toda a comunidade escolar. “De modo muito mais profundo, essas questões estão inseridas no campo dos direitos humanos, ou seja, elas dizem respeito à vida política no espaço público e à distribuição de poder e de oportunidades entre pessoas” (SEFFNER; PICCHETTI, 2016, p. 77).

Essa distribuição de poder se faz presente em todas as interações sociais, incluindo nos espaços educativos, em suas múltiplas instâncias e relações com a comunidade. São essas relações assimétricas de poder que forjam o conceito de gênero como construção social. Como afirma Scott: “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86). Estas assimetrias se manifestam na escola, no currículo, na prática docente, em outros artefatos culturais, bem como nas diversas esferas sociais. Analisando este complexo entramado em sua função produtiva (FOUCAULT, 1982), podemos compreender as instituições educativas como espaços privilegiados que atravessam todo o campo social onde espaços de opressão e dinâmicas

restritivas podem ser transformados em locais de resistência, questionando e reconstruindo estruturas de poder.

A educação é chave fundamental nesse processo de mudanças. Passa a ser imprescindível, portanto, compreender que toda educação é sexual (MORGADE, 2011). A máxima enfatiza a sexualidade como dimensão fundamental na construção da subjetividade que transcende o exercício da genitalidade ou a expressão da intimidade. É parte indissociável de quem somos e de como nos expressamos. Ignorá-la ou ocultá-la não é factível. Cabe destacar que mecanismos de repressão e silenciamento também são formas de ensinar e discutir sexualidade.

Pensar a educação sexual nessas bases, tem como premissa a impossibilidade de categorizar ou reduzir as pessoas apenas a seus corpos. Tampouco é possível nos separar do que nos sustenta neste plano. Nossos corpos são sexuados, inseridos em um tempo histórico e cultural e a educação precisa considerar esta dimensão. Quando pensamos em situações de vulnerabilidade, a ESI se torna ainda mais importante, uma vez que determinadas opressões podem configurar fatores de risco. O acesso à ESI:

constitui a porta de entrada para a articulação da escola nas situações de violação de direitos, como violência, abuso, maus tratos contra crianças, que orientam a busca de medidas de proteção e reparação necessárias. Por outro lado, entende-se que a educação sexual também contribui para a tarefa de eliminar qualquer conceito, preconceito, estereótipo ou prática baseada na ideia de superioridade ou inferioridade de qualquer um dos sexos (Morgade, 2011, p. 14, tradução nossa).

Baez (2019) em seu trabalho sobre a ESI na contemporaneidade afirma que a inclusão de questões da sexualidade nas políticas públicas educacionais tem sido um campo de debate aberto e explícito nos últimos tempos na América Latina e no Caribe e aponta como mecanismos para a sua implementação a presença de leis específicas, a produção de documentos curriculares e programas diversos. No polêmico cenário, fica evidente a força das conquistas populares e do movimento feminista, mas também a ameaça por parte de forças conservadoras aliada a setores evangélicos e católicos que se articulam ganhando posições de poder e espaços políticos estratégicos.

Se por um lado vemos vários movimentos como *Ni una menos*, iniciado na Argentina em 2015, denunciando a violência machista e protestando contra os altos

índices de feminicídios, por outro temos diversas frentes conservadoras surgindo em resposta a esses movimentos, como diversas campanhas na América Latina argumentando em uma frente ampla contra a chamada “ideologia de gênero” (BAEZ, 2019). Essas disputas geram impactos importantes no campo educativo e na formulação de políticas públicas. Garantir a ESI em todos os níveis educacionais, para uma formação em equidade e livre de discriminação e violência machista aparece como uma demanda central.

Mesmo com sua importância reconhecida acadêmica e -em alguns lugares- politicamente, os intensos -e diversos- debates sobre as questões de gênero e sexualidade ainda figuram no âmago dos avanços políticos e a construção de políticas públicas acaba refletindo o compromisso e interesse de quem está à frente das ações da pauta. O que reforça a necessidade da criação e implementação de mecanismos duradouros que atuem para a garantia e manutenção dos direitos já adquiridos e dos que ainda precisam ser conquistados. Tais esforços, buscam minimizar retrocessos onde, a mercê da equipe gestora, até mesmo direitos e políticas bem estruturadas são desarticulados e desestruturados.

Os dados mais recentes do Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental evidenciam esse desmonte em diversas áreas: cortes e reduções orçamentárias, desestruturação institucional, descontinuidade de políticas públicas, e tantos outros retrocessos profundos. Nas políticas para as mulheres, a dimensão desse desmonte é entendida como “a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher” (BRASIL, 2022 p.25). Mesmo em um contexto de retomada econômica, o relatório destaca a necessidade de políticas efetivas com recortes de gênero e raça para a reestruturação da pauta.

Os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) apontam o crescimento de todos os indicadores de violência doméstica e demais modalidades de violência contra a mulher. Não é uma tarefa fácil explicar esse crescimento. Mas, dentre as hipóteses levantadas, fica evidente a relação desses dados assombrosos com os avanços da ultradireita na política brasileira. São listadas três hipóteses principais:

- 1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022);
- 2) chamamos a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos;
- 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um (FBSP, 2023, p. 136).

Dentre os dados alarmantes está o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas (FBSP, 2023). Tratando-se de casos que foram notificados às autoridades policiais, podemos entender que estes representam apenas uma fração da violência sexual. O cenário devastador continua, sendo mais 75,8% das vítimas incapazes de consentir, seja pela idade (menores de 14 anos), ou por qualquer outro motivo (deficiência, enfermidade etc.). “No Brasil, 6 em cada 10 vítimas são vulneráveis com idades entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos” (FBSP, 2023, p. 155). O estudo comenta ainda uma série de investigações que associam o fechamento das escolas durante a pandemia com uma maior vulnerabilidade de crianças e adolescentes, reforçando a importância da escola como espaço de proteção, fundamental para a identificação desses casos.

A proximidade com agressores e seu âmbito doméstico dificulta o entendimento de determinados eventos como violentos, especialmente para crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de maior compreensão do fenômeno. A ESI é esta dimensão, capaz de promover a conscientização ao proporcionar novos sentidos para situações já vividas. Ao consolidar um ambiente seguro e o estabelecimento de vínculos de confiança, o espaço educacional pode se constituir um território seguro onde estudantes se sintam confortáveis para pedir ajuda, configurando-o como uma das principais portas de entrada para o reconhecimento e encaminhamento dos casos.

Contudo, para que haja um trabalho efetivo na educação básica capaz de mudar preconceitos e discriminações e atuar verdadeiramente para a eliminação das violências, é necessário investir na formação inicial e continuada de professores (GUIZZO; FELIPE,

2016). As autoras comentam como as práticas docentes relativas a esses conteúdos ainda estão repletas de preconceitos e tabus, reproduzindo posturas conservadoras, e afirmam que, mesmo de maneira não intencional, é muito provável que nossas opiniões e posturas -enquanto educadores- produzam efeitos sobre as/os estudantes, ensinando e dizendo sobre gênero, raça, classe, sexualidade, diversidade, respeito e educação. Muitas vezes, tais posicionamentos e opiniões vão na contramão dos documentos orientadores, podendo incitar, em certa medida, o sexismo, o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia e a misoginia (GUIZZO; FELIPE, 2016).

Neste contexto, as pedagogias feministas se constituem como verdadeiras revoluções educacionais em prol de novas construções sociais, atuando em prol de uma educação crítica e emancipadora pautada pelos direitos humanos que visa formação ética e cidadã de estudantes protagonistas de suas histórias e conscientes das desigualdades sociais. A educação é um dos principais fatores de acolhimento e prevenção frente às violências, atuando também no fortalecimento da autoestima e desenvolvimento da autonomia. Reiteramos a importância da formação docente -inicial e continuada- para que haja uma práxis atenta a qualquer indício de vulneração de direitos. Em caso de identificação de violências, uma formação adequada possibilita a escuta especializada, evitando a revitimização por parte dos profissionais e o rápido acionamento da Rede de Proteção. O encaminhamento dessas denúncias espontâneas exige um trabalho em rede com orientadores educacionais e gestores da escola, bem como a parceria com os Conselhos Tutelares.

O Projeto Entre Elas é um exemplo de prática política de *afidamento* forjado a partir das pedagogias feministas e da pedagogia da autonomia e da esperança (FREIRE, 2001, 2020). Desenvolvida desde 2017, a iniciativa faz parte da Política de Valorização de Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). As ações foram concebidas com a intenção de “dar conta das dificuldades e das necessidades de jovens e crianças que sentem a falta desse espaço para discussões acerca das questões de gênero, sexualidade, preconceitos raciais e desigualdade de classe social” (GUIZZO; FELIPE, 2016 p. 487). Nesse campo, Entre Elas se constitui como um ambiente de livre diálogo, e manifestação política

estimulando a liberdade dos corpos e as diversas maneiras de (re)existência, fomentando a criação de vínculos, o resgate da autoestima e a prática da sororidade.

Pedagogias feministas e educação sexual/grupos de reflexão

A década de 80 condensou um conjunto de debates no campo das pedagogias desde os Estudos da/s Mulher/Mulheres que possibilitaram o desenvolvimento das pedagogias feministas. As salas de aulas universitárias nos Estados Unidos foram espaços pioneiros nesse processo. As professoras matriculadas em diferentes carreiras (Literatura, História, Filosofia, Pedagogia, Artes, entre outras) passaram a problematizar o acesso das mulheres à educação, lutando por sua ampliação. Muitas conseguiram superar os obstáculos para chegar à sala de aula, mas diversas questões, entre elas a renda, participavam da manutenção das desigualdades. Uma preocupação fundante dessas pedagogias se dava em relação às formas da cotidianidade e a discussão sobre a objetividade racionalista androcêntrica.

A análise sobre as salas de aula feministas de Maher e Thompson Tetreault (1994) reconstrói esses debates. A igualdade prometida pelas instituições educacionais não era alcançada. Essa crítica era alimentada pelas próprias experiências nas respectivas universidades analisadas e dialogavam com grupos de conscientização feminista e com os trabalhos de John Dewey e Paulo Freire. Uma primeira premissa apontada pelas autoras foi a necessidade de “sair” da generalização pedagógica e de suas promessas. Os resultados sobre a caracterização das salas de aula feministas e de como essas professoras utilizavam do feminismo e de conteúdos multiculturais para revolucionar a educação são atuais e relevantes. Após a realização de um levantamento das práticas de ensino, as autoras constataram que o ensino norte americano tradicional representava a perspectiva apenas de uma minoria dominante. Para educar em um mundo complexo e multicultural seria preciso emergir as vozes que há muito vem sendo excluídas (MAHER; THOMPSON TETREULT, 1994).

O espaço escolar é feminista quando o domínio dos saberes desafia modelos de "resposta certa" e estimula a construção de conexões complexas e imbricadas entre si. Se

problematiza a racionalidade enciclopédica e se questiona o lugar das “perguntas de especialistas”. Conversas e reflexões são promovidas como modos válidos e valiosos. Isso implica perturbar a ordem e despertar as vozes das mulheres e de grupos marginalizados: romper o silenciamento histórico! A premissa “O pessoal é político” traduz-se numa valorização da experiência pessoal como um exercício que permite incomodar a “voz dominante”. Anseia-se a potência da multiplicidade de vozes.

Sem dúvida, a aposta epistemológica e política promoveu outra ordem de autoridade que se baseia no vínculo professor-estudante a partir da empatia. Mas também propôs a revisão da posição centro/margem, exigindo a inserção da interseccionalidade - raça, gênero, classe- no contexto da sala de aula. Essa revisão da sala de aula tensiona as formas instaladas. Webb, Allen e Walker (2002) apontam entre os princípios básicos das pedagogias feministas a necessidade de modificar o vínculo pedagógico apostando em relações democráticas em que o diálogo esteja no centro. Ensinar perguntas e fomentar a curiosidade visa romper com a lógica patriarcal em sala de aula, promovendo relações mais igualitárias e afetivas.

Em grande medida, essas pedagogias também atuaram na construção de estratégias específicas. A tarefa de formação é uma delas. Partindo do fato de que a educação não é um processo neutro e que se constitui como prática de liberdade, o empoderamento redefine o papel docente. A tarefa de empoderar envolve montar uma trama complexa. Longe de ser uma proposta individualista, as pedagogias feministas buscam desafiar esse *ethos* do contexto neoliberal construindo comunidade e cooperação em sala de aula para oferecer suporte a vozes silenciadas, marginalizadas ou subalternizadas como vozes válidas na construção do conhecimento. O intercâmbio de perspectivas, o habilitar a palavra, os diferentes pontos de vista, o diálogo, a interação e o respeito pela diversidade de experiências são arestas centrais neste quadro.

Uma contribuição que permite aprofundar essas estratégias vêm da mão das feministas da diferença italianas que, na busca pela inscrição simbólica de uma genealogia entre mulheres, definiram o *affidamento* como possibilidade de vínculo entre mulheres: cuidado e confiança. Na obra “Não penses que tens direitos”, fruto das rondas de mulheres da Livraria de Milão, as autoras assinalam: “ter interlocutores magistras é mais do que

ter direitos reconhecidos” (MILÁN, 1991 p. 22, tradução nossa). A ação de *affidar* é aquela que constitui um vínculo entre as mulheres, onde aquelas com mais experiências participam da mediação do mundo - para usar um termo de Freire (2019) - junto às que têm menos experiências, em uma relação de confiança e amizade. Produzir *afiddamento* é uma luta política pelas formas de existência onde não se pretende a universalidade, mas sim à experiência. Situar-se em si e no exercício da autoconsciência como prática social.

O percurso destas pedagogias feministas aposta na reflexão de cada uma sobre si mesma e sua prática. E isso se constitui em um dispositivo pedagógico e epistêmico para a promoção de salas de aula mais justas e igualitárias. As rodas, os grupos de reflexão, os espaços de sensibilização fomentaram e fomentam propostas diferentes em relação aos saberes, desde o coletivo, o cooperativo e o plural. Assim como dão lugar aos afetos, às emoções e às sensibilidades na construção dos vínculos pedagógicos e na relação com os saberes. A dimensão da experiência situada e o giro biográfico entram em uma epistemologia política do eu na construção de uma comunidade de aprendizagem na sororidade.

A ESI como projeto pedagógico, político e epistêmico que promove a justiça social (MORGADE, 2019) se (re)configura no processo de sua implementação. As investigações ao longo destes anos vêm dando conta de como a lei se expande em resposta às demandas dos movimentos feministas e como esta extensão -que também inclui momentos de tensão e estagnação- convoca uma abertura sobre os temas incluídos como consentidos, e como são ensinados e aprendidos. A inclusão da integralidade demandou questionarmos as formas de conceber a sexualidade, contestando o discurso hegemônico da prevenção que mantendo um olhar negativo centra suas ações em relação aos efeitos indesejados de seu exercício: as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez (MORGADE, 2011).

Trabalhos anteriores mostram como essa noção negativa reduz a sexualidade a: i. exercício de coito cis-heterossexual, ii. fins reprodutivos e iii. culpa mulheres e gays-lésbicas (BAEZ, 2017). Construir uma proposta de educação sexual integral e justa exigiu em sua experiência de implementação apoiar-se em perspectivas de gênero que discutem o androcentrismo branco e burguês no currículo e na busca por pedagogias que rompam

com formas instaladas assimétricas e hierarquizadas de ensinar. Neste caminho, as pedagogias feministas são um território fértil para explorar. As premissas destas conjuram um cenário auspicioso que impulsiona políticas educacionais que tem como objetivo a promoção da igualdade de gênero e da justiça social. Oferecem pistas, cenários político-pedagógicos com fundamentos e estratégias para a cotidianidade.

Utilizamos também o termo justiça social porque não é só a igualdade de gênero que nos interessa. A revolução educacional que propomos parte de uma perspectiva interseccional e decolonial, onde não se parte de categorias universais de nenhum tipo, mas busca-se o desenvolvimento de práticas pedagógicas situadas e territorializadas construídas em conjunto com a comunidade em que está inserida, abarcando as especificidades de cada estudante. Utilizando como fonte grandes nomes do feminismo negro, nos inspiramos também no no aquilombar das matrizes africanas. Os Quilombos, símbolos de resistência étnica e política, são territórios de afeto e luta do povo negro que tem muito a nos ensinar⁵

O Projeto Entre Elas

Os resultados são fruto das ações desenvolvidas desde 2017 em três escolas da rede pública da SEEDF na região de Samambaia, Taguatinga e Sobradinho -regiões administrativas do Distrito Federal. Mais de 400 estudantes entre ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, já participaram em oito edições com diferentes formatos. Os encontros, com duração aproximada de 2h, são pensados para trabalhar temas como relações de gênero, padrões de beleza, corpos, sexualidades, relações afetivas, vínculos, autoestima, autonomia, sororidade, assédios e violências. Além de atuar na construção de vínculos, contribuindo para o estabelecimento de redes de apoio e cuidado entre mulheres, os encontros contribuem para o aumento da autoestima, desenvolvimento da autonomia, desnaturalização da cultura do estupro e da culpabilização das vítimas e para o fortalecimento da rede de proteção como um todo.

⁵ Para saber mais ver: Nascimento, M.B. *Historiografia do Quilombo*. 1977. Em: Nascimento, M.B. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Diáspora Africana; Editora Filhos da África, 2018.

As atividades desenvolvidas respeitam a autonomia de cada instituição e suas especificidades, reverberando na escolha dos disparadores -vídeos, textos, músicas, imagens- e nas metodologias utilizadas a cada encontro - produção de cartazes, textos, discussões orientadas, análise de mídias, entre outras. As ações nascem em resposta às demandas estudantis que exigiam um espaço exclusivo de mulheres para a prática do *affidamento*, promovidas na instituição de ensino de uma das autoras. A iniciativa vem ganhando corpo com o passar dos anos, se reestruturando e se constituindo como prática política feminista decolonial intergeracional.

Das ações individuais de uma professora, o Projeto se amplia e se institucionaliza na rede pública. Atualmente, os encontros acontecem em uma escola de ensino médio na região de Sobradinho. Apesar das tratativas para sua realização terem se iniciado em 2020, a primeira edição acontece apenas em 2021 e de maneira virtual, em resposta às medidas de isolamento no contexto pandêmico. Inicialmente a prática contava com a condução da orientadora educacional e duas professoras, além do apoio de gestoras, para um grupo de aproximadamente 20 estudantes. Hoje a iniciativa envolve mais de 12 educadores e, em média, 150 estudantes por ano em um minicurso de 80h. Entre Elas hoje é parte do Projeto Político Pedagógico da instituição e a intenção é que ele se torne um trabalho de aplicação permanente na unidade de ensino.

A cada edição, as práticas vão sendo refinadas e reformadas, de acordo com o nível e modalidade educacional, o contexto específico de cada momento, além das demandas da comunidade escolar. Um dos desdobramentos ainda em processo de elaboração é a criação do Observatório de Pesquisa Entre Elas: uma equipe de iniciação científica em que as estudantes conduzem um levantamento de dados por meio de questionários com a comunidade escolar para gerar dados que auxiliem o desenvolvimento de estratégias de intervenção social visando a melhoria na qualidade de vida (PONTEVEDRA, 2023).

Em termos gerais, o Projeto consiste em montar um grupo pequeno de estudantes mulheres para encontros extra curriculares que oportunizem a construção de vínculos intra e intergeracionais por meio da troca de vivências a partir do lugar comum de sermos meninas e mulheres em uma sociedade tão opressora para conosco. A partir de

temas geradores, as reuniões fomentam o debate sobre as relações sociais, com ênfase nas relações de gênero e no reconhecimento das violências, buscando desenvolver estratégias para novas (re)existências.

Tendo como principal foco o enfrentamento às violências de gênero, e entendendo meninas e mulheres como principais vítimas, desenhamos os espaços exclusivos para mulheres, em seu sentido mais amplo, não restrito apenas a características biológicas. Consideramos como essencial trabalhos que questionem masculinidades hegemônicas e violentas, entretanto, este não foi o recorte adotado. Destacamos o alto poder de adaptação e ampliação das ações comentadas -objeto de estudo de uma investigação doutoral em curso na Universidade de Buenos Aires. A iniciativa poderia adequar-se a qualquer público, desenvolvendo estratégias de valorização e respeito às mulheres, às populações negras, indígenas, dissidentes sexuais, e a grupos historicamente subalternizados, e também a grupos de homens em um espaço onde pudessem problematizar seus privilégios.

Todas as produções desenvolvidas a partir desta intervenção compõem um diário narrativo que permite analisar como esse tipo de dispositivo atua no fortalecimento da Rede de Proteção. Estratégias como essa são de difícil avaliação uma vez que tocam temas sensíveis e afetam a cada uma de forma muito particular. Tentar quantificar esses efeitos seria aproximar a iniciativa à educação bancária que tanto criticamos. Por isso, nos interessa refletir sobre as experiências desenvolvidas a cada reunião em sua infinitude de saberes e afetos proporcionados.

As muitas narrativas produzidas evidenciam a potência de construir redes de apoio e cuidado entre mulheres. Em uma sociedade que constantemente reforça a misoginia, aprender a nos amar e nos aceitar se constitui uma importante ferramenta política na revolução educacional que as pedagogias críticas feministas e emancipadoras vêm propondo. Aprofundarmos nossas investigações sobre os efeitos da criação desses grupos de reflexão de mulheres em espaços de ensino-aprendizagem se faz necessário, buscando compreender quais afetos se movem a partir dessas construções, quais vínculos são formados e os efeitos dessas práticas feministas intergeracionais.

Aqui apresentamos duas imagens representativas desses efeitos sob a perspectiva de duas estudantes de 2018 (Figura 1. e Figura 2.). Ao final de uma edição, elas foram convidadas a fazer um desenho ilustrando o antes e depois do Projeto. Nas duas imagens, podemos ver diferenças significativas entre os dois momentos. Apesar de apresentarem uma ordem invertida na representação do antes e depois, os desenhos refletem os efeitos do Projeto em representações de ambientes mais felizes, com sorrisos, cores e corações. A segunda imagem (Figura 2.), foi desenhada por uma estudante negra retinta, uma das poucas da escola. Ressalto essa característica porque as dinâmicas raciais no Brasil têm como ferramenta de discriminação o colorismo, em que o tom da pele aumenta a marginalização (DEVULSKY, 2021). O que torna ainda mais significativo que essa garota se desenhe inicialmente como loira e de olhos azuis, em um ambiente cinza e sem sorrisos. E depois dos encontros, a imagem de uma menina negra, de cabelos cacheados, com um grande sorriso, em um ambiente colorido e cheio de corações pulsantes.



Figura 1- Desenho ilustrativo produzido por uma das participantes representando o antes (à esquerda) e depois (à direita) do Projeto. Fonte: Arquivo Projeto Entre Elas (2018).



Figura 2- Desenho ilustrativo produzido por uma das participantes representando o antes (à direita) e depois (à esquerda) do Projeto. Fonte: Arquivo Projeto Entre Elas (2018).

Apesar das reuniões explorarem majoritariamente as opressões de gênero, é fundamental atentar-se para outras exclusões e privilégios nas encruzilhadas interseccionais. É somente a partir de uma construção de conhecimento interseccional e decolonial que caminharemos para a reparação e retratação histórica necessária. Os cruzamentos desses fatores potencializam violências e dificultam o acesso a fatores protetivos. Historicamente, alguns grupos são ainda mais marginalizados, e a essas populações continuam sendo negados direitos fundamentais básicos, reforçando a necessidade de uma luta diária para a garantia e manutenção de conquistas cada vez mais ameaçadas pela crescente interferência de grupos religiosos e conservadores nas políticas públicas e educacionais. Enquanto importante órgão da rede de proteção, é dever das instituições educativas atenção minuciosa à temática, e empenho na construção de políticas públicas eficientes com os devidos recortes.

Nesse panorama, o Projeto Entre Elas se constitui como um ambiente de livre diálogo, e manifestação política estimulando a liberdade dos corpos e as diversas maneiras de (re)existir. A criação de vínculos entre mulheres é um ato poderoso, que possibilita o intercâmbio de experiências e a construção de novos sentidos para situações já vividas. Habilitar a palavra sobre maus-tratos emocionais e outras violências é algo muito forte na vida das mulheres. Poder falar sobre isso, permite que tais histórias, dores, sabores e dissabores, sejam ressignificados, funcionando como um primeiro passo para a aceitação e tratamento dessas feridas. Ampliar o debate dentro e fora dos espaços

escolares e intensificar os estudos sobre a temática passa a ser uma importante estratégia de luta no enfrentamento às violências, na busca por alternativas de prevenção e por estratégias que tragam maior qualidade de vida para essas mulheres.

Considerações Finais

Em um cenário complexo em que setores antidireitos exibem suas ações, as pedagogias feministas podem ser um interstício amoroso por meio do qual podemos (re)imaginar o cotidiano da sala de aula. As suas estratégias procuram responder às necessidades de cuidado e à construção de laços empáticos, resgatando o sentido humano. A aliança neoconservadora vem mostrando sob o desejo de “normalização” a consolidação de um projeto pedagógico excludente que torna cidadãos apenas muito poucos. Para atingir esse horizonte se ocupam de romper redes, coisificar pessoas, tornar existências descartáveis, inferiorizar experiências ou mesmo eliminá-las. Recuperando Segato (2018), nos encontramos perante dois projetos de mundo: o da empatia e o das coisas.

É através da união de pessoas engajadas capazes de apresentar soluções para os problemas específicos que um novo projeto político educacional em grande escala vai sendo forjado. Reforçamos o caráter político de toda e qualquer prática educacional, reiterando o impacto destas na vida de qualquer estudante. Felizmente, assim como o Projeto Entre Elas, existem diversas iniciativas que configuram boas práticas educacionais comprometidas com uma educação crítica e emancipatória nos moldes de Paulo Freire, das pedagogias feministas e também do movimento negro, indígena e LGBTQIA+.

Para além de boas práticas, faz-se importante uma educação política consciente. Ao longo desses tempos, uma lição que aprendemos é como a possibilidade de fazer do "texto um contexto" implica visibilizar as relações de poder que constituem o cenário/campo educacional. Nessa direção, as pedagogias feministas são uma lente que possibilita a problematização e construção de intervenções pedagógicas com objetivo de transformar o *status quo*.

As pedagogias feministas são, portanto, um andaime para a construção de um futuro sexuado mais justo. Esquivando-se de receitas ou respostas lineares, oferecem uma genealogia de experiências e derivas de imaginação a produzir. Resta-nos a tarefa de explorar, registrar e partilhar. É o que tentamos fazer desde 2017 com as ações no âmbito do Projeto Entre Elas. Práticas como essa ajudam a nutrir a nossa esperança de materializar novos mundos possíveis, reforçando o caráter indispensável da educação para essas construções.

Referências

BAEZ, Jesica. Entre la prevención y el cuidado: tensiones en torno a las estrategias de inclusión frente a las desigualdades educativas sexuadas. Em: **Miradas hacia la educación inclusiva**. II Jornada de Educación y Psicopedagogía. Buenos Aires: Editorial FILO-UBA, 2017. Disponível em: http://publicaciones.filo.uba.ar/sites/publicaciones.filo.uba.ar/files/Miradas%20hacia%20la%20educaci%C3%B3n%20inclusiva_interactivo_0.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. Escenas contemporáneas de la educación sexual en Latinoamérica: Una lectura en clave feminista. **Mora**, 25, p. 219-226, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/mora.n25.8533>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Comissão de Transição Governamental. **Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental**. Brasília, 2022.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra. 2021.

FBSP. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/17-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 31 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. (2001) **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra

_____. (2019) **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. (2020) **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra.

GUIZZO, Bianca; FELIPE, Jane. Gênero e Sexualidade em Políticas Contemporâneas: Entrelaces com a Educação. **Roteiro**, v. 41. n. 2. p. 475-490, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2070/8/generodiversidadeviolencia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIBRERÍA DE LAS MUJERES DE MILÁN. **No creas tener derechos**. La generación de la libertad femenina en las ideas y vivencias de un grupo de mujeres. Madrid: Horas e Horas, 1991.

MAHER, Frances A; THOMPSON TETREAULT, Mary Kay. **The feminist classroom** Dynamics of Gender, Race, and Privilege. Nova York: Basic Books, 1994.

MORGAGE, Graciela. **Toda educación es sexual**. Hacia una educación sexuada justa. Buenos Aires, Argentina: Crujía Ediciones, 2011. Disponível em: https://www.bba.unlp.edu.ar/old/bba.unlp.edu.ar/uploads/docs/esi_18_morgade___toda_educacion_es_sexual.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

_____. La educación sexual integral como proyecto de justicia social. **Descentrada**, 3 (1), e080. En Memoria Académica, 2019. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9626/pr.9626.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

PONTEVEDRA, Jaqueline. **Valorização feminina e enfrentamento à violência em escola pública de Sobradinho**. Projeto Entre Elas é selecionado em processo seletivo da Eape como prática exitosa da educação. Secretaria de Estado de Educação, Brasília, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/valorizacao-feminina-e-enfrentamento-a-violencia-em-escola-publica-de-sobradinho/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v.20, n.o 2, julho/dezembro de 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: Uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, 28 abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>. Acesso em: 30 jul. 2023.

WEBB, Lynne; ALLEN, Myria Watkins; WALKER, Kandi. Feminist pedagogy: Identifying basic principles. **Academic Exchange Quarterly**, Vol 6, 67-72, 2002.

Feminist pedagogies:
between experiences and reflections of political support in the face of the advance of
conservatism

Abstract: We're living difficult times, where basic rights that were won a long time ago are being questioned, often with the approval of the State itself. The advance of conservatism poses serious risks to the maintenance of these rights, especially for historically oppressed populations such as women, blacks, indigenous peoples and sexual dissidents. Feminist pedagogies and affiliation practices are presented as resistance alternatives in the educational field. Using these contributions, the present work aims to discuss these advances in terms of Integral Sexual Education, using the Entre Elas project as a case study. Through extracurricular meetings, the Project provides opportunities for debate on social relations, in particular, gender issues and violence. An example of feminist pedagogy, these practices work as a scaffolding for the construction of a fairer sex future. Avoiding recipes or linear answers, it is proposed the construction of a genealogy of experiences and derivatives of imaginations to be produced.

Keywords: Integral Sexual Education. Feminist pedagogies. Gender violence. Teenage woman.

Recebido: 20/08/2023

Aceito: 06/02/2024